

## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA

Aos quatorze dias de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 08h 25 min no Auditório da Escola Superior de Advocacia de MT – ESA/OAB/MT ocorreu a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e aprovação da ata da: 1ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 19 de julho de 2017; 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 18 de agosto de 2017; 5ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 19 de outubro de 2017; 2) Informes; 3) Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias do CEPESCA em 2018; 4) Normatização da Pesca no entorno da Estação Ecológica de Taiamã (Cáceres/MT); 5) Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho da Aquicultura com o objetivo de propor a atualização de normas e critérios para o licenciamento ambiental da atividade de Aquicultura de forma a impedir impactos negativos sobre os recursos pesqueiros em ambientes naturais. 6) Assuntos Gerais e Encerramento. O Secretário Executivo da SEMA, Sr. André Luís Torres Baby, justificou a ausência e a reunião foi presidida pela Srª. Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, Secretária Executiva do CEPESCA, de acordo com o regimento interno. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Belmiro Lopes de Miranda, representante do CONSEMA; Sr. Cleres Tubino Silva, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Paraguai; Sr. José Viana Neto, representante da Bacia Paraguai-Colônia Z 10; Srª. Hellen Cristina Gomes Moya Araújo, representante do MDIC/EFMT; Sr. Rafael Vieira Nunes, representante do MPE/MT; Srª. Lúcia Aparecida de Fatima Mateus, representante da UFMT; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Srs. César Esteves Soares e Eloísio Nunes Miranda, representantes do IBAMA/MT. Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião, arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Sr. Darci Carlos Fornari (AQUAMAT); Sr. Claudionor Angeli (COOPEAMAT); Sr. Daniel Kantek (ICMBio). Sr. Claumir César Muniz (UNEMAT). A Reunião foi aberta pela Srª. Gabriela e inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. Ela propõe a inserção na pauta para manifestação do Conselho Pleno em relação ao Processo nº 606504/2017 que trata sobre o Projeto de Lei da Pesca, apresentado pela Deputada Janaína Riva, do qual a Casa Civil solicitou manifestação do CEPESCA. Foi proposto também a inversão de pauta, considerando problemas de agenda do Conselheiro Rafael Nunes. A reunião se inicia, então, com a pauta sobre a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho (GT) da Aquicultura com o objetivo de propor a atualização de normas e critérios para o licenciamento ambiental da atividade de Aquicultura de forma a impedir impactos negativos sobre os recursos pesqueiros em ambientes naturais. O Sr. Rafael Nunes contextualiza sobre as atividades desenvolvidas durante o GT Aquicultura, no qual ocorreram cinco reuniões e uma visita técnica. Ele pontua os impactos positivos da piscicultura em MT, a exemplo do cultivo de espécies nativas nesta atividade. Pontua também sobre os impactos negativos, como o uso de antibióticos e agrotóxicos no manejo da piscicultura, bem como a introdução de espécies exóticas, a exemplo da tilápia. Ele apontou sobre a dificuldade em sistematizar o Relatório Final para ser apresentado ao Conselho Pleno em função da complexidade desta temática e do andamento dos trabalhos que nem sempre ocorreram com objetividade por parte de seus membros. Em relação à

GRAP

40 introdução das espécies exóticas, além dos conflitos técnicos, tem o conflito jurídico, pois legalmente  
41 quem tem atribuição para legislar esta temática é a União. Este tema foi muito polêmico considerando as  
42 questões de conservação e produção e o GT não conseguiu obter encaminhamentos conclusivos sobre  
43 isto. A visita técnica foi proporcionada pela AQUAMAT e foi muito importante para esclarecer muitos  
44 aspectos relacionados à piscicultura em tanque-rede. Os Srs. Belmiro e Claudionor reforçam a  
45 importância de terem participado deste GT, o qual proporcionou um grande aprendizado para todos os  
46 membros. O Sr. Rafael, complementa que o GT Aquicultura contribuiu com recomendações aos Termos  
47 de Referência do licenciamento de piscicultura e contou com a participação de pesquisadores  
48 convidados da Universidade Estadual de Maringá, como os Profs. Drs. Ricardo Ribeiro e Angelo  
49 Agostinho (NUPELIA). O Sr. Darci Fornari reforça que ele acompanha a criação de espécies nativas em  
50 sistema fechado (tanque escavado) no Coxipó do Ouro, em torno de 20 km de Cuiabá e estende o  
51 convite ao GT para que possa realizar uma visita técnica em outro sistema de produção, no qual não é  
52 gerado efluentes ao meio ambiente. Ele também pontua que em MT já é produzida a tilápia em larga  
53 escala, licenciada em outras regiões de MT, fora da Bacia do Alto Paraguai pela empresa que ele  
54 acompanha. Ele relata sua preocupação com os problemas ambientais que têm proporcionado a  
55 diminuição do estoque pesqueiro no Pantanal, como resíduos sólidos destinados incorretamente, esgoto  
56 com tratamento ineficaz e grande quantidade de dragas. Aponta sobre os produtos utilizados  
57 irregularmente na atividade da piscicultura que na maioria das vezes, são utilizados por  
58 empreendimentos clandestinos. Ele questiona sobre a resposta do CEPESCA ao Processo nº  
59 161281/2017, pois foram realizados investimentos e o empreendedor está no aguardo para os devidos  
60 encaminhamentos. O Sr. César reforça a necessidade de que seja criado um grupo de trabalho  
61 permanente sobre pesquisa para tratar sobre assuntos gerais na área da pesca e que o processo  
62 mencionado solicita autorização para um determinado projeto de pesquisa e esta demanda específica,  
63 não está dentro das competências do Conselho, devendo o mesmo ter os devidos encaminhamentos  
64 dados pela SEMA; este encaminhamento foi acatado pelo Conselho Pleno. O Sr. Cesar, complementa  
65 também que o grupo de trabalho da aquicultura criado no âmbito do CEPESCA poderá propor no final,  
66 uma Moção contemplando todas recomendações de forma a dar subsídios aos processos de  
67 licenciamento de piscicultura. Em relação à visita técnica oferecida pelo Sr. Darci, ele recomenda que a  
68 mesma seja realizada no mês de janeiro/2018 para subsidiar a finalização do relatório técnico. Esta  
69 recomendação foi aprovada pelo Conselho Pleno, sendo definida a data de 09.01.18 para a visita técnica  
70 em tanques escavados, na região do Coxipó do Ouro. A próxima pauta foi Discussão e Aprovação da Ata  
71 da: 1ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 19 de julho de 2017; 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia  
72 18 de agosto de 2017; 5ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 19 de outubro de 2017, sendo as mesmas  
73 aprovadas por unanimidade. Na próxima pauta foi apresentada a Proposta de Calendário de Reuniões  
74 Ordinárias do CEPESCA em 2018. Após alguns ajustes foi aprovado por unanimidade as seguintes  
75 datas: 1ª Reunião Ordinária – 08/02/2018; 2ª Reunião Ordinária – 05/04/2018; 3ª Reunião Ordinária –  
76 07/06/2018; 4ª Reunião Ordinária – 09/08/2018; 5ª Reunião Ordinária – 11/10/2018 e 6ª Reunião  
77 Ordinária – 06/12/2018. Após deliberação, a Srª. Gabriela informa que estas informações serão  
78 publicadas como uma Resolução do CEPESCA. A próxima pauta trata sobre a Normatização da Pesca  
79 no entorno da Estação Ecológica de Taiamã (Cáceres/MT). O Sr. Daniel Kantek realiza uma

80 apresentação sobre este tema. Ele caracteriza a Estação Ecológica (EE) de Taiamã e informa que se  
81 trata de uma unidade de conservação (UC) com Conselho Consultivo constituído. Ele pontua que a  
82 Instrução Normativa (IN) do IBAMA nº 09 de 27/04/09 estabeleceu restrições à pesca amadora e  
83 profissional no entorno da EE Taiamã, na bacia do rio Paraguai. Porém com a publicação do Plano de  
84 Manejo desta unidade, a referida IN perdeu validade em agosto/2017. O ICMBio juntamente com o  
85 conselho consultivo desta UC apresentou a nova minuta para continuar sendo mantida a restrição da  
86 pesca nesta região, no entanto, a CONJUR/MMA deliberou que é competência de o Estado normatizar  
87 sobre este tema, por isto justifica-se esta pauta no âmbito do CEPESCA. Ele apresentou diversos artigos  
88 científicos desta UC reforçando a importância e a necessidade de proteção da biodiversidade no seu  
89 entorno. Apresentou também o contexto de área protegida no entorno desta UC, sendo a mesma  
90 considerada uma área prioritária para conservação de acordo com o MMA. Ele pontua que o benefício  
91 maior com a criação da norma de pesca é o de auxiliar significativamente na manutenção do estoque  
92 pesqueiro regional, favorecendo a pesca profissional e o turismo no Pantanal. O Sr. Claumir  
93 complementa que a 02 anos está realizando coletas mensais nesta região, realizando o monitoramento  
94 do comportamento reprodutivo de peixes e que tanto as pesquisas quanto o segmento de turismo de  
95 pesca apontam a importância de ser mantida a proibição de pesca nesta região, bem como a  
96 movimentação de barcos deve ser restrita, pois se trata de uma região de corredor de espécies  
97 migratórias e o sistema do Paraguai será beneficiado com esta proteção. O Sr. Rafael se preocupa com  
98 os projetos de instalação de 02 PCH's no Rio Formoso e questiona os apresentadores sobre os  
99 possíveis impactos nesta região. Eles respondem pontuando a preocupação com a interferência negativa  
100 no pulso de inundação e conseqüentemente nos estoques pesqueiros, considerando que esta região é  
101 utilizada como berçário dos peixes. A Srª. Lúcia complementa que o Projeto da ANA está avaliando o  
102 impacto das hidrelétricas sobre a Bacia do Alto Paraguai e que esta região contempla um dos pontos de  
103 coleta. Ela reforça que ficou bem evidente nas apresentações que nas regiões pantaneiras também  
104 existem espécies migratórias que realizam a piracema, localmente. O Sr. Cleres também enfatiza a  
105 importância da preservação desta região considerando a sua especificidade. O Sr. Daniel complementa  
106 que para os pescadores profissionais esta proteção favorece a pesca para a categoria, pois eles  
107 costumam pescar abaixo da UC e não há competição de pesca entre eles e os pescadores amadores.  
108 Após as manifestações foi colocada em apreciação uma minuta de Resolução do CEPESCA, sendo  
109 considerada as informações da IN/IBAMA nº 09/09, sendo a mesma aprovada por unanimidade e  
110 posteriormente encaminhada para a publicação. A próxima pauta é sobre a manifestação do Conselho  
111 Pleno em relação ao Processo nº 606504/2017 que trata sobre o Projeto de Lei (PL) da Pesca,  
112 apresentado pela Deputada Janaína Riva. O Sr. Cesar pontua sobre a demora no encaminhamento da  
113 minuta da Lei da Pesca a qual foi amplamente discutida e consensuada pelo Conselho Pleno e  
114 contempla as necessidades dos diversos atores que realizam a prática da pesca no Estado; diante disto,  
115 ele recomenda que a resposta para a Casa Civil deverá ser desfavorável ao referido PL e que a minuta  
116 de Lei do CEPESCA seja encaminhada e defendida de forma substitutiva. Esta recomendação foi  
117 aprovada por unanimidade pelo Conselho Pleno. O Sr. Darci relata sobre sua pesquisa que vem sendo  
118 realizada com o cachara e que ele está percebendo que o seu tamanho está diminuindo ao longo dos  
119 anos e recomenda que isto seja tratado posteriormente pelo CEPESCA. Dentre os assuntos gerais foi

GRP

120 informado que: 1) A Secretaria Executiva conseguiu resgatar a gravação da 3ª Reunião Ordinária do  
121 CEPESCA, ocorrida em 23.06.17, a qual esclarece a deliberação do Conselho Pleno em relação ao texto  
122 da Moção nº 001/2017 sobre as hidrelétricas; 2) A Coordenadoria de Fauna e Recursos  
123 Pesqueiros/SEMA informou que não terá recursos financeiros para custear o monitoramento reprodutivo  
124 dos recursos pesqueiros na Bacia Amazônica, nos meses de janeiro e fevereiro/2018. A Srª. Gabriela  
125 apresenta esta situação e solicita o apoio dos conselheiros na viabilização desta atividade. 3)  
126 Justificativas de Ausência: a) Segmento de Turismo da Bacia Amazônica – ARPAN (Luiz Amaral e Ivan  
127 Costa), conforme o Ofício/PRES/ARPAN nº 09 de 06.12.17; b) Segmento de Turismo da Bacia do  
128 Araguaia – Pousada Alto Xingu (Lídio Coletto), conforme e-mail enviado para a secretaria executiva em  
129 07.12.17; c) UNEMAT (Divina Sueide), conforme e-mail enviado para a Secretaria Executiva em 08.12.17  
130 por problemas de saúde; d) Colônias de Pescadores Z 09 – Bacia do Araguaia, conforme Ofício Circular  
131 nº 18/2017 de 13..12.17, enviado para a Secretaria Executiva; e) FONASC (Luciana Ferraz), conforme e-  
132 mail enviado para a Secretaria Executiva em 13.12.17. Nada mais havendo a declarar a reunião encerrou  
133 às 11 h e 50 min e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que será assinada por  
134 mim, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

135

136

137

138

Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila

Secretária Executiva do CEPESCA